

DESVENDANDO A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INADIMPLÊNCIA ENTRE OS JOVENS

**UNRAVELING THE RELATIONSHIP BETWEEN FINANCIAL EDUCATION AND
INDEBTEDNESS AMONG YOUNG PEOPLE**

Ciências Sociais Aplicadas • 19/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792275254](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792275254)

Otávio Cordeiro Paulo

Beatriz Sabará

Inês Cardin Bressan

RESUMO

A educação financeira apresenta-se como um tema relevante diante dos desafios relacionados ao planejamento, ao consumo e ao uso do crédito, especialmente entre os jovens. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a contribuição da educação financeira para a formação de comportamentos de consumo mais conscientes entre jovens inadimplentes do município de São Sebastião da Amoreira. Para isso, realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem quantitativa e caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de pesquisa de campo e aplicação de questionário estruturado a jovens residentes no município. Os dados foram organizados e analisados por meio de estatística descritiva, considerando aspectos relacionados ao conhecimento financeiro, planejamento, comportamento de consumo e inadimplência. Os resultados indicaram a existência de dificuldades na aplicação prática dos conhecimentos financeiros, especialmente quanto ao planejamento e à organização das finanças pessoais. Também foram identificadas influências de fatores sociais e externos sobre as decisões de consumo, além da presença de situações de inadimplência entre os participantes. Conclui-se que a educação financeira pode contribuir para o desenvolvimento de comportamentos mais conscientes, especialmente quando associada ao planejamento, ao controle dos gastos, ao consumo responsável e ao uso adequado do crédito. Dessa forma, seu fortalecimento pode favorecer maior autonomia financeira e contribuir para a prevenção de situações de endividamento e inadimplência entre os jovens.

Palavras-chave: Educação financeira; Inadimplência; Jovens; Comportamento de consumo; Planejamento financeiro.

ABSTRACT

Financial education is a relevant topic in view of the challenges related to financial planning, consumption, and the use of credit, especially among young people. This research aimed to analyze the contribution of financial education to the development of more conscious consumption behaviors among indebted young people in the municipality of São Sebastião da Amoreira. To this end, applied research was conducted using a quantitative approach with descriptive and exploratory characteristics, developed through field research and the application of a structured questionnaire to young residents of the municipality. The data were organized and analyzed using descriptive statistics, considering aspects related to financial knowledge, planning, consumption behavior, and indebtedness. The results indicated difficulties in the practical application of financial knowledge, particularly regarding financial planning and personal financial organization. Influences of social and external factors on consumption decisions were also identified, as well as the presence of indebtedness among the participants. It is concluded that financial education can contribute to the development of more conscious behaviors, particularly when associated with planning, expenditure control, responsible consumption, and appropriate use of credit. Thus, strengthening financial education may promote greater financial autonomy and contribute to preventing situations of debt and indebtedness among young people.

Keywords: Financial education; Indebtedness; Young people; Consumption behavior; Financial planning.

1. INTRODUÇÃO

A educação financeira é um tema cada vez mais relevante na sociedade atual, uma vez que as decisões financeiras impactam

diretamente a vida dos indivíduos. De acordo com o Banco Central do Brasil (2022), a educação financeira é o meio fundamental de promover comportamentos que contribuem para melhorar o exercício da cidadania financeira e o bem-estar das pessoas. Esse estado de bem-estar permite que o indivíduo consiga pagar suas contas, tenha uma reserva para enfrentar despesas inesperadas, consiga guardar recursos para realizar projetos e sinta-se seguro quanto ao seu futuro financeiro. Além do impacto individual, ela é um instrumento para o desenvolvimento econômico, pois a qualidade das decisões individuais influencia o agregado da economia, os níveis de endividamento e a solidez do sistema financeiro nacional.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015), o Brasil apresenta desempenho abaixo da média em educação financeira, evidenciando a necessidade de maior atenção ao tema, afinal, ela se constitui como um instrumento fundamental para o controle financeiro. Essa lacuna de conhecimento ocorre em um cenário no qual o mundo financeiro tornou-se muito mais complexo que o das gerações anteriores, sem que o nível de letramento da população acompanhasse esse aumento na sofisticação dos produtos e serviços oferecidos. No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira busca capacitar o cidadão para administrar seus recursos de maneira consciente, visando reduzir as dificuldades de dois terços da população que relatam problemas para chegar ao fim do mês com seus rendimentos. E ainda, com a facilidade de acesso a produtos financeiros e crédito, cresce a necessidade de conhecimento para a tomada de decisões conscientes. O crédito deve ser compreendido como uma fonte adicional de recursos de

terceiros que possibilita a antecipação do consumo para a aquisição de bens ou serviços.

As taxas de juros no Brasil são muito elevadas e podem transformar uma pequena dívida em uma dívida impagável, no médio e longo prazo. Os juros são definidos de acordo com o risco: quanto maior o risco de a instituição financeira não receber o dinheiro emprestado de volta, maior os juros, (Dessen, 2015). Muitas vezes, a impaciência do consumidor resulta na antecipação do consumo via financiamento, gerando um patrimônio final significativamente menor se comparado à estratégia de poupar primeiro para comprar à vista e receber juros em vez de pagá-los.

Esse conhecimento ainda não é amplamente difundido, o que contribui para o aumento do endividamento e da inadimplência, especialmente entre jovens de 17 a 25 anos. A falta de planejamento e o desconhecimento de conceitos básicos, como juros e controle financeiro, levam muitos indivíduos a gastarem mais do que ganham, dificultando a organização financeira. Para reverter esse quadro, a educação financeira enfatiza a adoção de práticas sistemáticas de planejamento, controle e monitoramento das finanças pessoais. Essas práticas envolvem o reconhecimento da situação financeira atual, o registro das receitas e despesas, a análise periódica dos gastos e a implementação de ações corretivas voltadas ao equilíbrio do orçamento. Nesse processo, o orçamento pessoal constitui uma ferramenta essencial para a organização das finanças, permitindo identificar padrões de consumo, estabelecer prioridades e distinguir necessidades de desejos, favorecendo decisões mais conscientes e sustentáveis, conforme o Banco Central do Brasil (2022).

No cenário brasileiro, a educação financeira ainda constitui uma área em desenvolvimento, com iniciativas voltadas à ampliação do conhecimento da população sobre o uso consciente dos recursos financeiros. Entretanto, compreender o comportamento financeiro exige reconhecer que as decisões relacionadas ao dinheiro não são determinadas apenas por aspectos técnicos ou racionais. Conforme destaca Sobreiro (2024), as estratégias contemporâneas de marketing utilizam recursos semióticos, estímulos emocionais e mecanismos de sedução capazes de influenciar significativamente a percepção e o comportamento do consumidor, despertando desejos, criando conexões afetivas com marcas e estimulando decisões de compra muitas vezes desvinculadas de necessidades reais.

A psicologia financeira demonstra que as decisões envolvendo dinheiro raramente são exclusivamente racionais. Aspectos emocionais, vieses cognitivos e estímulos externos exercem influência direta sobre a forma como os indivíduos consomem, poupam e utilizam o crédito. A busca pela satisfação imediata, associada à influência das estratégias de marketing e ao desejo de pertencimento social, pode favorecer comportamentos impulsivos de consumo, dificultando o planejamento financeiro e a formação de reservas destinadas ao enfrentamento de situações imprevistas. A educação financeira torna-se essencial para desenvolver competências que permitam aos indivíduos analisar criticamente os estímulos de consumo, avaliar as consequências de suas escolhas e adotar práticas financeiras mais conscientes e sustentáveis, e pode também atuar como ferramenta estratégica na prevenção da inadimplência.

Diante do exposto, esta pesquisa busca responder à seguinte situação-problema: como a educação financeira pode contribuir para a formação de comportamentos de consumo mais conscientes entre os jovens inadimplentes no município de São Sebastião da Amoreira? O objetivo geral é analisar a contribuição da educação financeira para a formação de comportamentos de consumo mais conscientes entre jovens inadimplentes do município de São Sebastião da Amoreira. Como objetivos específicos, pretende-se apresentar os principais conceitos relacionados à educação financeira; discutir a importância do planejamento financeiro; analisar o orçamento pessoal e sua relação com o consumo, e analisar os aspectos relacionados ao endividamento e à inadimplência.

Dessa forma, este estudo busca contribuir para o fortalecimento da educação financeira como instrumento de transformação social, ao investigar de que maneira o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e comportamentos financeiros pode favorecer decisões de consumo mais conscientes, contribuir para a redução da vulnerabilidade ao endividamento e à inadimplência e promover maior autonomia financeira entre os jovens.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção apresenta os fundamentos teóricos relacionados à educação financeira, ao planejamento financeiro e ao orçamento pessoal, destacando sua relação com o comportamento de consumo. Aborda, ainda, os principais aspectos relacionados ao endividamento e à inadimplência, especialmente no contexto dos jovens, fornecendo subsídios para a análise da pesquisa.

2.1. Educação Financeira: Conceitos e Importância na Vida Cotidiana

Com o objetivo de compreender a origem e a importância da educação financeira como instrumento de prevenção da inadimplência entre os jovens, torna-se necessário abordar o conceito de letramento financeiro. Esse conceito refere-se ao nível de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos que permitem ao indivíduo tomar decisões financeiras de forma consciente, responsável e eficiente. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015), o letramento financeiro representa a capacidade de compreender informações relacionadas com finanças, na administração dos recursos e na tomada de decisões que contribuam para o bem-estar financeiro ao longo da vida.

Por sua vez, Poscales (2022) destaca que a falta de educação financeira desde os anos iniciais, inclusive no ensino fundamental, está diretamente relacionada ao comportamento de inadimplência em jovens, evidenciando uma lacuna preocupante na formação financeira no Brasil. Essa carência estrutural contribui para que muitos jovens se tornem inadimplentes por simplesmente não terem adquirido o conhecimento básico para gerir seus recursos.

Em paralelo, estudos voltados ao contexto escolar apontam o papel decisivo da família no comportamento financeiro dos adolescentes. Magro et al. (2018) identificam que a falta de diálogo familiar sobre finanças, aliada à ausência de conteúdos relacionados à educação financeira no currículo escolar, favorece a falta de controle nos gastos e reduz a propensão a poupar entre jovens. Além da influência exercida pela família e pela escola, o desenvolvimento da

educação financeira mostra-se essencial diante das transformações econômicas e sociais observadas nas últimas décadas. O acesso facilitado ao crédito, a expansão das compras realizadas por meios digitais e a crescente oferta de produtos financeiros ampliaram as possibilidades de consumo, exigindo que os indivíduos desenvolvam competências para avaliar riscos, planejar despesas e tomar decisões financeiras de forma consciente. Nesse cenário, a ausência de conhecimentos financeiros torna os jovens mais suscetíveis ao consumo impulsivo, ao uso inadequado do crédito e, conseqüentemente, ao endividamento (OCDE, 2015).

Nesse contexto, a educação financeira deve ser compreendida como um processo contínuo de aprendizagem, que possibilita aos indivíduos desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a gestão adequada dos recursos financeiros. Mais do que ensinar conceitos relacionados ao dinheiro, sua finalidade é promover comportamentos responsáveis, permitindo que as pessoas planejem seus objetivos, administrem seu orçamento e façam escolhas financeiras compatíveis com sua realidade econômica (OCDE, 2015).

Essa perspectiva reforça a necessidade de que a educação financeira seja inserida desde os primeiros anos da vida escolar, uma vez que hábitos relacionados ao consumo, à poupança e ao planejamento financeiro começam a ser construídos ainda na infância e tendem a acompanhar o indivíduo ao longo da vida. Conforme destaca Poscales (2022), a formação financeira precoce representa uma estratégia preventiva, capaz de minimizar comportamentos associados à inadimplência e contribuir para a construção de uma relação mais equilibrada com o dinheiro.

Além da formação de conhecimentos técnicos, a educação financeira exerce papel essencial no desenvolvimento da autonomia dos indivíduos diante das constantes decisões econômicas presentes no cotidiano. Administrar adequadamente os recursos financeiros não se restringe a capacidade de controlar receitas e despesas, mas envolve a definição de prioridades, o estabelecimento de metas, a avaliação dos riscos e benefícios das diferentes alternativas de consumo e a adoção de comportamentos compatíveis com a realidade financeira de cada pessoa. A educação financeira possibilita que o indivíduo desenvolva uma relação mais consciente com o dinheiro, reduzindo a probabilidade de decisões impulsivas e favorecendo a construção de uma vida financeira equilibrada, Banco Central do Brasil (2022).

A importância da educação financeira também se manifesta na capacidade de preparar os indivíduos para lidar com situações imprevistas. Despesas emergenciais relacionadas à saúde, desemprego, manutenção da residência ou outras necessidades inesperadas podem comprometer significativamente o orçamento familiar quando não existe planejamento financeiro prévio, (OCDE, 2015). A formação de reservas financeiras e a adoção do hábito de poupar constituem estratégias fundamentais para reduzir a vulnerabilidade econômica das famílias e proporcionar maior segurança diante das oscilações da renda e das incertezas do cenário econômico (Dessen, 2015).

No cotidiano, a educação financeira também está diretamente relacionada ao consumo consciente. Em uma sociedade caracterizada pela intensa circulação de informações e pela facilidade de acesso ao crédito, os consumidores são constantemente expostos a estratégias de marketing que

estimulam o consumo imediato e a aquisição de bens muitas vezes desnecessários. Conforme destaca Sobreiro (2024), as estratégias contemporâneas de marketing utilizam recursos emocionais e simbólicos capazes de despertar desejos e fortalecer a identificação dos consumidores com produtos e marcas, influenciando significativamente seu comportamento de compra. Nesse contexto, a educação financeira desempenha papel fundamental ao desenvolver uma postura crítica diante desses estímulos, permitindo que as decisões de consumo sejam fundamentadas em planejamento e necessidades reais, e não apenas em impulsos momentâneos (OCDE, 2015).

Observa-se que a educação financeira ultrapassa os limites da administração do dinheiro, constituindo um importante instrumento de formação cidadã. Indivíduos financeiramente educados tendem a compreender melhor seus direitos e deveres nas relações de consumo, utilizam o crédito de maneira mais responsável, desenvolvem maior capacidade de planejamento e apresentam melhores condições para alcançar estabilidade financeira ao longo da vida. Segundo o Banco Central do Brasil (2022), esses indivíduos tornam-se mais preparados para enfrentar desafios econômicos decorrentes de crises financeiras, inflação, aumento das taxas de juros ou redução da renda, adotando estratégias capazes de minimizar seus impactos sobre o orçamento pessoal e familiar conforme destaca a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015).

A educação financeira deve ser compreendida como um processo permanente de aprendizagem, cujos benefícios extrapolam a esfera individual e alcançam a sociedade como um todo. Ao favorecer a formação de consumidores mais conscientes, incentivar o

planejamento financeiro e estimular o uso responsável do crédito, ela contribui para a redução do endividamento, para a prevenção da inadimplência e para o fortalecimento da cidadania financeira. Poscales (2022) destaca que investir na disseminação da educação financeira desde os primeiros anos da formação escolar representa uma estratégia relevante para promover maior qualidade de vida, autonomia econômica e sustentabilidade financeira. Esse entendimento é reforçado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015) e pelo Banco Central do Brasil (2022), que apontam a importância da educação financeira para jovens que estão iniciando sua vida financeira e construindo hábitos que influenciarão suas decisões ao longo da vida.

2.2. O Comportamento Financeiro dos Jovens e os Fatores Psicológicos, Sociais e Econômicos Associados Ao Endividamento.

Para Neri (2019), os jovens se encontram em uma fase marcada pela transição entre a dependência familiar e a busca por autonomia, não apenas social, mas também econômica. Nesse período, observa-se o início da relação direta com o crédito, com o consumo e, conseqüentemente, com a responsabilidade de administrar recursos financeiros escassos. Essa fase é caracterizada por intensa vulnerabilidade, pois a falta de experiência aliada à ausência de educação financeira tende a aumentar o risco de endividamento e inadimplência.

O Estado brasileiro, em consonância com os desafios dessa faixa etária, criou políticas públicas de incentivo à educação financeira, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída em 2010, que visa promover a formação de cidadãos

financeiramente conscientes, em especial entre jovens e adolescente (Banco Central do Brasil, 2022). Pesquisas revelam que o acesso a conteúdos práticos de finanças pessoais ainda é limitado nas escolas e universidades, o que perpetua fragilidades no processo de tomada de decisão dos jovens consumidores.

Segundo a Serasa (2024), a inadimplência também alcança faixas etárias jovens, evidenciando que dificuldades financeiras podem surgir precocemente, justamente em um período no qual hábitos de poupança e planejamento ainda estão em consolidação. A vulnerabilidade é ainda mais acentuada quando se considera a influência de fatores culturais, familiares e sociais, que modelam as práticas de consumo e impactam diretamente na saúde financeira dos adolescentes.

Para Sulato (2025), em sua monografia intitulada, *A educação financeira nas escolas do Ensino Médio do Brasil: estratégia para a redução da inadimplência da população*, o autor destaca que:

Ressalta que o fácil acesso ao crédito, quando não é acompanhado por uma formação adequada em planejamento e gestão financeira, torna-se um fator de risco para o surgimento da inadimplência. Essa realidade evidencia que a inadimplência não surge apenas da falta de renda, mas também da carência de instrumentos educacionais capazes de orientar escolhas conscientes e responsáveis no uso do dinheiro e do crédito (Sulato, 2025, p. 6).

A citação de Sulato (2025) é relevante porque conecta três dimensões estruturais, o acesso facilitado ao crédito, a falta de planejamento e a baixa alfabetização financeira, como fatores que se

combinam para potencializar o endividamento e a inadimplência. O destaque para os jovens em fase escolar reforça que a vulnerabilidade financeira não se limita à vida adulta, mas começa a se manifestar precocemente, justamente na fase em que o indivíduo está formando sua identidade e hábitos de consumo.

A contribuição de Sulato (2025) evidencia que o endividamento não deve ser interpretado exclusivamente como consequência da insuficiência de renda. Embora fatores econômicos, como desemprego, inflação e redução do poder aquisitivo, exerçam influência sobre a capacidade de pagamento das famílias, aspectos relacionados ao comportamento financeiro também desempenham papel determinante na origem desse fenômeno. A ausência de hábitos de planejamento, a dificuldade em estabelecer prioridades de consumo, o desconhecimento acerca do funcionamento dos juros e a utilização recorrente do crédito para financiar despesas correntes constituem elementos que contribuem para o desequilíbrio financeiro, mesmo entre indivíduos que possuem renda compatível com suas necessidades.

Outro aspecto relevante destacado pelo autor refere-se ao papel da educação financeira como instrumento preventivo. Ao defender a inserção da educação financeira ainda durante o ensino médio, Sulato (2025) reconhece que a formação de hábitos financeiros ocorre antes da vida adulta, período em que adolescentes começam a construir sua relação com o dinheiro, desenvolvendo padrões de consumo, formas de poupança e critérios para a tomada de decisões financeiras. Assim, a escola deixa de desempenhar apenas a função de transmitir conhecimentos técnicos e passa a contribuir para a formação de competências que auxiliam os jovens na administração consciente de seus recursos financeiros. Essa perspectiva torna-se

especialmente relevante diante das transformações observadas no mercado financeiro contemporâneo. O avanço das tecnologias digitais, a popularização das compras on-line, a utilização de carteiras digitais e a crescente oferta de crédito por meios eletrônicos reduziram significativamente as barreiras para o consumo. Em consequência, os jovens passaram a ter acesso facilitado a diferentes produtos financeiros, muitas vezes antes mesmo de desenvolverem conhecimentos suficientes para compreender os custos associados às operações de crédito.

A reflexão proposta por Sulato (2025) também evidencia que a vulnerabilidade financeira dos jovens não decorre apenas de fatores individuais, mas resulta da interação entre elementos econômicos, sociais e comportamentais. A influência da família, dos grupos de convivência, das redes sociais e das estratégias de marketing exerce papel significativo na formação dos hábitos de consumo, estimulando, em muitos casos, padrões de comportamento baseados na satisfação imediata e na valorização do consumo como forma de reconhecimento social. Quando essas influências não são acompanhadas por conhecimentos relacionados ao planejamento financeiro e ao consumo consciente, aumenta-se a probabilidade de utilização inadequada do crédito e, conseqüentemente, de endividamento.

Sob essa perspectiva, verifica-se que a educação financeira constitui uma estratégia de fortalecimento da autonomia dos indivíduos, uma vez que possibilita o desenvolvimento de competências relacionadas à elaboração de orçamentos, ao estabelecimento de metas financeiras, ao controle das despesas e à avaliação crítica das decisões de consumo.

Portanto, as contribuições de Sulato (2025) reforçam que o enfrentamento da inadimplência deve ser compreendido sob uma perspectiva preventiva, baseada na formação de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam aos jovens administrar seus recursos de maneira consciente e sustentável. Nesse sentido, investir em educação financeira desde as etapas iniciais da formação escolar representa não apenas uma medida de caráter educativo, mas também uma estratégia capaz de promover inclusão financeira, fortalecer a cidadania e contribuir para a redução dos índices de endividamento e inadimplência observados entre a população jovem.

2.3. Comportamento de Consumo dos Jovens: Fatores Associados Ao Endividamento e à Inadimplência

O comportamento de consumo dos jovens é uma das principais preocupações no campo da educação financeira. Conforme observa (Santos, 2020), essa faixa etária tende a consumir de maneira mais impulsiva, influenciada pela mídia, pelas redes sociais e pela busca constante por aceitação em grupos sociais. Muitas vezes, a posse de determinados bens, como roupas de marca ou aparelhos eletrônicos, é vista como o que estimula gastos desnecessários.

Outro fator preocupante é a facilidade de acesso ao crédito. Almeida e Rocha (2021) ressaltam que, com a popularização dos cartões e das compras online, muitos adolescentes e jovens adultos entram no mercado de consumo sem a devida orientação. Os jovens confundem desejo e necessidade, adquirindo dívidas que não conseguem pagar. Esse cenário aumenta as chances de inadimplência, que se torna uma realidade cada vez mais precoce.

Segundo pesquisa de Figueiredo (2021), jovens que não recebem orientação financeira adequada têm maior probabilidade de se endividar logo no início da vida adulta, criando um ciclo de dependência de crédito que compromete sua saúde financeira por anos. Essa situação pode gerar, além de dificuldades econômicas, impactos psicológicos, como ansiedade, estresse e baixa autoestima.

Nesse contexto, a inadimplência não deve ser vista apenas como um problema econômico, mas também como um fenômeno social e educacional. Para Carvalho (2020), é fundamental que as políticas públicas e programas educacionais incorporem a temática da educação financeira de forma prática, mostrando aos jovens os riscos do consumo irresponsável e os benefícios do planejamento.

Assim, percebe-se que a relação entre consumo e inadimplência entre os jovens está diretamente ligada à ausência de formação financeira. Quanto mais cedo essa formação ocorrer, maiores são as chances de evitar que essa parcela da população seja capturada por armadilhas do mercado de consumo e do crédito.

2.4. Educação Financeira Como Instrumento para o Desenvolvimento da Autonomia Financeira na Adolescência

A construção da autonomia financeira é um dos maiores benefícios da educação financeira. Para Fernandes (2021), autonomia financeira não significa apenas ter renda própria, mas desenvolver a capacidade de gerir recursos com responsabilidade, estabelecendo prioridades e criando reservas para situações futuras.

Na adolescência, esse processo se inicia de forma gradual, geralmente por meio de experiências simples, como administrar uma mesada ou parte de um salário de trabalho informal. Segundo

Costa (2022), quando o jovem é estimulado a planejar o uso do dinheiro, aprender a poupar e refletir sobre o consumo, ele desenvolve competências que serão fundamentais para sua vida adulta.

De acordo com Barbosa e Lima (2020), o desenvolvimento da autonomia financeira também fortalece a autoestima do jovem, que passa a sentir-se mais capaz de tomar decisões e lidar com responsabilidades. Isso contribui não apenas para sua independência econômica, mas também para sua maturidade emocional e social. Outro ponto relevante é que a autonomia financeira ajuda a prevenir o endividamento precoce. Ao compreender conceitos básicos como orçamento, juros e investimentos, o adolescente passa a ter maior clareza sobre os riscos de assumir dívidas desnecessárias. Conforme afirma Oliveira (2021), a autonomia é construída com base em escolhas conscientes e na capacidade de diferenciar aquilo que é prioridade do que é supérfluo.

A construção dessa autonomia deve ser vista como um processo contínuo e coletivo. A escola, a família e a sociedade têm responsabilidade conjunta na formação de jovens financeiramente preparados. Como destaca Souza (2020), investir em educação financeira é investir na formação de cidadãos mais críticos, responsáveis e capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

Apesar dos desafios apresentados, a construção de uma nova realidade financeira para a juventude é possível. Como afirma Lusardi (2019), a literacia financeira é uma competência que pode ser

aprendida e desenvolvida ao longo da vida, de modo que, quanto mais cedo houver estímulo, maiores serão as chances de sucesso.

No Brasil, iniciativas educacionais e familiares que tratam do tema tem demonstrado resultados positivos, ainda que de forma incipiente Vieira (2023). Assim, embora os índices de inadimplência entre jovens revelem um cenário preocupante, também apontam para a oportunidade de transformação por meio da educação. Ao incorporar práticas de planejamento, consumo consciente e responsabilidade com o uso do crédito, os adolescentes podem não apenas evitar ciclos de endividamento, mas também se tornar agentes de mudança em suas famílias e comunidades.

Como reforça (Fernandes, 2021), investir na juventude significa “plantar sementes para uma sociedade financeiramente mais saudável e preparada para os desafios econômicos do futuro”.

2.5. Educação Financeira no Contexto Escolar: Formação para a Cidadania e Pensamento Crítico

A Educação Financeira vem conquistando espaço no cenário educacional brasileiro, especialmente após sua inserção na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a necessidade de desenvolver nos estudantes competências relacionadas ao consumo consciente, planejamento financeiro e tomada de decisões responsáveis. O conceito de Educação Financeira ultrapassa a simples aprendizagem sobre dinheiro, orçamento ou investimentos, envolvendo também aspectos sociais, éticos e críticos da vida em sociedade.

Nesse sentido, Martins Neto e Rodrigues (2024) defendem que a educação financeira escolar deve promover a autonomia dos

estudantes, permitindo que desenvolvam conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de subsidiar decisões financeiras conscientes. As autoras fundamentam essa perspectiva na pedagogia da autonomia de Paulo Freire, argumentando que o ensino da Educação Financeira deve estimular a reflexão crítica sobre a realidade econômica, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de analisar situações financeiras presentes em sua vida pessoal e coletiva. Assim, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e passa a favorecer a construção de sujeitos autônomos, críticos e participativos.

Essa compreensão amplia a visão tradicional da educação financeira, frequentemente associada apenas ao controle dos gastos e ao planejamento do orçamento doméstico. Conforme destacam Martins Neto e Rodrigues (2024), o objetivo não é formar apenas indivíduos capazes de administrar recursos financeiros, mas cidadãos que compreendam os impactos econômicos, sociais e culturais das decisões relacionadas ao consumo.

Entretanto, essa concepção não é consensual na literatura. Fernandes e Silva (2020) apresentam uma análise crítica dos materiais didáticos produzidos para a educação financeira escolar e argumentam que muitos deles privilegiam uma lógica essencialmente econômica e racional, desconsiderando os fatores culturais, sociais e históricos que influenciam o comportamento dos indivíduos diante do consumo. Segundo os autores, ao enfatizar regras de comportamento financeiro consideradas corretas, esses materiais podem reforçar um modelo de consumidor ideal, responsabilizando exclusivamente o indivíduo por seu sucesso ou fracasso financeiro.

Sob essa perspectiva, Fernandes e Silva (2020) alertam que a educação financeira pode acabar reproduzindo valores do capitalismo financeiro ao incentivar comportamentos voltados principalmente para o consumo racional e para a eficiência econômica. Dessa forma, questões como desigualdade social, condições econômicas familiares e influências culturais tornam-se secundárias, limitando a compreensão da realidade financeira vivenciada pelos estudantes.

Ao comparar essas duas abordagens, percebe-se que ambas reconhecem a importância da educação financeira no ambiente escolar, porém divergem quanto aos seus objetivos e à forma como ela deve ser desenvolvida. Enquanto Martins Neto e Rodrigues (2024) enfatizam seu potencial emancipador, baseado na construção da autonomia e do pensamento crítico, Fernandes e Silva (2020) alertam para o risco de uma abordagem reducionista, centrada exclusivamente na racionalidade econômica e na formação de consumidores.

Dessa forma, compreende-se que a efetividade da educação financeira depende da maneira como é trabalhada na escola. Quando desenvolvida de forma contextualizada, interdisciplinar e crítica, pode contribuir significativamente para a formação cidadã dos estudantes. Contudo, quando limitada à transmissão de regras financeiras e comportamentos considerados ideais, tende a restringir sua função educativa, deixando de contemplar as múltiplas dimensões sociais que influenciam as relações entre indivíduos, consumo e dinheiro.

Assim, torna-se evidente que a educação financeira escolar deve buscar o equilíbrio entre o desenvolvimento de competências para a

gestão dos recursos financeiros e a promoção de uma formação crítica, capaz de preparar os estudantes para compreender as complexidades econômicas e sociais presentes em seu cotidiano.

2.6. Comportamento Financeiro dos Jovens e os Desafios da Tomada de Decisão

O comportamento financeiro dos jovens tem despertado crescente interesse nas pesquisas sobre educação financeira, especialmente devido às mudanças econômicas e sociais que ampliaram o acesso ao consumo, ao crédito e aos serviços financeiros. Nessa perspectiva, compreender como os jovens administram seus recursos financeiros torna-se essencial, pois os hábitos adquiridos nessa fase da vida podem influenciar significativamente sua estabilidade econômica e sua qualidade de vida no futuro (Martins Neto Rodrigues, 2023).

A educação financeira, nesse contexto, não deve ser compreendida apenas como um conjunto de conhecimentos voltados ao controle de receitas e despesas. Para Martins Neto e Rodrigues (2024), seu principal objetivo consiste em promover a autonomia dos estudantes, permitindo que desenvolvam competências para analisar criticamente sua realidade financeira e tomar decisões conscientes. Inspiradas na pedagogia de Paulo Freire, as autoras defendem que o ensino da Educação Financeira deve estimular a reflexão sobre as implicações sociais, econômicas e éticas das escolhas financeiras, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e participativos (Martins Neto Rodrigues, 2023).

Essa compreensão também é evidenciada pelo Banco Central do Brasil, ao afirmar que uma gestão financeira responsável depende da capacidade de diferenciar necessidades e desejos, avaliar o custo

de oportunidade das escolhas e compreender que toda decisão financeira produz impactos no presente e no futuro. Assim, o comportamento financeiro está relacionado não apenas ao domínio de conceitos econômicos, mas também ao desenvolvimento de atitudes de planejamento, organização e responsabilidade diante do consumo (Banco Central do Brasil, 2026).

Entretanto, reduzir o comportamento financeiro à responsabilidade individual pode limitar a compreensão desse fenômeno. Fernandes e Silva (2020) argumentam que muitas propostas de educação financeira presentes nos materiais didáticos enfatizam comportamentos considerados adequados, como poupar e evitar dívidas, sem problematizar fatores estruturais, como desigualdade social, condições econômicas familiares e influências culturais. Segundo os autores, essa perspectiva pode reforçar a ideia de que o sucesso financeiro depende exclusivamente do esforço individual, desconsiderando o contexto social em que os estudantes estão inseridos (Fernandes; Silva, 2020).

Observa-se que as decisões financeiras dos jovens são influenciadas por diferentes fatores, como a publicidade, as redes sociais, o ambiente familiar e os grupos de convivência. A educação financeira escolar deve favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico, possibilitando que os estudantes reflitam sobre os motivos que orientam suas escolhas de consumo e compreendam as consequências dessas decisões para sua vida financeira. Essa abordagem amplia o papel da escola, que deixa de ensinar apenas técnicas de administração do dinheiro e passa a contribuir para a formação cidadã dos estudantes (Martins Neto Rodrigues, 2023).

Ao relacionar essas perspectivas, percebe-se que existe consenso quanto à importância da educação financeira para o desenvolvimento dos jovens, embora os autores apresentem enfoques distintos. Enquanto Martins Neto e Rodrigues (2024) enfatizam a autonomia e a emancipação dos estudantes, Fernandes e Silva (2020) alertam para a necessidade de incorporar uma análise crítica das condições sociais que influenciam o comportamento financeiro. Já o Banco Central do Brasil (2022) oferece instrumentos práticos de planejamento e gestão financeira que podem fortalecer esse processo educativo quando articulados a uma perspectiva crítica e contextualizada.

2.7. O Papel da Escola na Educação Financeira

A escola desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos capazes de compreender e enfrentar os desafios econômicos da sociedade contemporânea. Nesse contexto, a educação financeira escolar não deve restringir-se ao ensino de conteúdos relacionados ao dinheiro, mas constituir um processo educativo que possibilite aos estudantes desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes voltados para a tomada de decisões conscientes e responsáveis. Dessa forma, o ambiente escolar torna-se um espaço privilegiado para promover reflexões sobre consumo, planejamento financeiro, cidadania e responsabilidade social, contribuindo para a formação integral dos estudantes (Martins Neto Rodrigues, 2023).

Ao discutir a inserção da educação financeira na escola, Martins Neto e Rodrigues (2024) defendem que o processo educativo deve estar fundamentado em uma perspectiva crítica, inspirada na pedagogia de Paulo Freire. Segundo as autoras, o papel da escola vai

além da transmissão de conteúdos técnicos, cabendo-lhe estimular a problematização da realidade e favorecer a construção de conhecimentos que permitam aos estudantes compreender as implicações econômicas, sociais e éticas presentes em suas decisões financeiras. Nessa perspectiva, ensinar educação financeira significa criar oportunidades para que os estudantes reflitam sobre seu contexto e desenvolvam uma postura crítica diante das práticas de consumo.

Entretanto, Fernandes e Silva (2020) destacam que a simples inserção da educação financeira no currículo escolar não garante uma formação crítica dos estudantes. A partir da análise de materiais didáticos destinados ao ensino da temática, os autores identificam que muitas propostas priorizam conteúdos voltados ao controle dos gastos, à poupança e ao consumo racional, sem considerar as condições sociais, culturais e econômicas que influenciam o comportamento financeiro. Segundo os autores, essa abordagem pode limitar o papel da escola ao ensino de técnicas de administração financeira, deixando de promover reflexões sobre as desigualdades e os diferentes contextos vivenciados pelos estudantes (Fernandes; Silva, 2020).

Essa discussão evidencia que a atuação da escola deve ultrapassar uma perspectiva instrumental da educação financeira. Mais do que ensinar como elaborar um orçamento ou evitar dívidas, a instituição escolar precisa proporcionar situações de aprendizagem que incentivem a análise crítica das relações de consumo, da influência da mídia, do sistema econômico e das condições sociais que permeiam a vida cotidiana. Nesse sentido, a educação financeira passa a contribuir para a formação de cidadãos capazes de interpretar a realidade e tomar decisões fundamentadas em critérios

que vão além dos aspectos estritamente econômicos, conforme destacam Martins Neto e Rodrigues (2024) e Fernandes e Silva (2020).

Ao comparar as perspectivas apresentadas pelos autores, observa-se que ambos reconhecem a relevância da escola na promoção da educação financeira, embora enfatizem aspectos distintos desse processo. Martins Neto e Rodrigues (2024) atribuem à escola a responsabilidade de desenvolver práticas pedagógicas voltadas para a formação crítica e cidadã dos estudantes. Fernandes e Silva (2020) chamam atenção para a necessidade de revisar os materiais e as abordagens utilizadas no ensino, de modo que a educação financeira não seja reduzida à formação de consumidores financeiramente eficientes, mas contribua para a compreensão das relações sociais, econômicas e culturais que influenciam as decisões financeiras. Assim, o papel da escola consiste em promover uma Educação Financeira contextualizada, crítica e comprometida com a formação integral dos estudantes.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, uma vez que busca produzir conhecimentos que possam contribuir para a compreensão da relação entre educação financeira e inadimplência entre jovens, possibilitando a identificação de comportamentos financeiros e de possíveis práticas que favoreçam uma utilização mais consciente dos recursos financeiros. Dessa forma, o estudo pretende contribuir para a reflexão sobre o planejamento financeiro, o consumo responsável e a prevenção do endividamento (Lakatos; Marconi, 2017).

Quanto à abordagem, a pesquisa é quantitativa, pois utiliza dados obtidos por meio de questionário estruturado e os apresenta por meio de frequências, percentuais, tabelas e gráficos. A abordagem quantitativa permite organizar e analisar as respostas dos participantes, possibilitando identificar padrões relacionados ao conhecimento financeiro, aos hábitos de consumo, ao planejamento financeiro e à existência de dívidas em atraso (Gil, 2019).

Em relação aos objetivos, a pesquisa apresenta caráter descritivo e exploratório. É descritiva porque busca identificar e apresentar as características financeiras dos jovens participantes, considerando aspectos como idade, escolaridade, ocupação, renda, hábitos de consumo, utilização de crédito e situação de endividamento. Também é exploratória porque procura ampliar a compreensão sobre a possível relação entre o nível de educação financeira e os comportamentos que podem contribuir para o endividamento e a inadimplência. Conforme Gil (2019), a pesquisa descritiva tem como finalidade apresentar as características de determinada população ou fenômeno, enquanto a pesquisa exploratória busca proporcionar maior familiaridade com o problema investigado.

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa de campo, pois os dados foram coletados diretamente com jovens residentes em São Sebastião da Amoreira, Paraná. A pesquisa de campo possibilita obter informações sobre a realidade dos participantes, considerando suas experiências, conhecimentos e comportamentos relacionados à administração do dinheiro. A coleta foi realizada por meio de um questionário eletrônico disponibilizado na plataforma Google Forms, permitindo que os participantes respondessem às perguntas de maneira prática e acessível.

O público-alvo da pesquisa é composto por jovens residentes em São Sebastião da Amoreira, considerando a delimitação etária estabelecida no questionário aplicado.

A amostra foi selecionada por meio de amostragem não probabilística por conveniência, considerando a disponibilidade e a concordância dos participantes em responder ao questionário. Esse tipo de amostragem foi utilizado em razão da acessibilidade dos respondentes e das condições práticas para a realização da pesquisa. Assim, os resultados representam as respostas dos participantes alcançados pelo estudo, não devendo ser generalizados automaticamente para todos os jovens do município.

O instrumento de coleta de dados foi constituído por um questionário estruturado, elaborado com perguntas objetivas e disponibilizado por meio do Google Forms. O questionário contemplou questões destinadas à caracterização dos participantes, incluindo idade, escolaridade, ocupação e faixa de renda. Também foram incluídas perguntas relacionadas ao conhecimento sobre educação financeira, à realização de planejamento financeiro, ao controle do orçamento pessoal, aos hábitos de consumo, à utilização de cartão de crédito e empréstimos, bem como à existência de dívidas e de pagamentos em atraso.

A organização das perguntas buscou verificar não apenas o conhecimento dos jovens sobre educação financeira, mas também a maneira como esse conhecimento se relaciona com suas práticas cotidianas. Para isso, foram considerados aspectos como a frequência do planejamento financeiro, o acompanhamento das despesas, a realização de compras por impulso, a utilização do crédito e a capacidade de manter os compromissos financeiros em

dia. A identificação desses fatores permite observar possíveis relações entre comportamento financeiro, endividamento e inadimplência.

Após o encerramento da coleta, as respostas obtidas foram organizadas e analisadas por meio de estatística descritiva, utilizando frequências absolutas e relativas. Os dados foram apresentados em tabelas e gráficos, com o objetivo de facilitar a visualização das informações e a comparação entre as respostas. A análise considerou especialmente as relações entre o conhecimento financeiro, a prática do planejamento, os hábitos de consumo e a existência de dívidas em atraso.

Os resultados foram interpretados de acordo com os objetivos específicos da pesquisa e relacionados aos conceitos apresentados no referencial teórico. Dessa maneira, foi possível verificar se os participantes demonstram conhecimento sobre educação financeira, se utilizam ferramentas de planejamento e controle financeiro e se apresentam comportamentos associados ao endividamento ou à inadimplência. Entretanto, a análise não considerou a educação financeira como o único fator responsável pela inadimplência, pois essa condição também pode estar relacionada à renda, ao desemprego, a imprevistos, às condições de crédito, aos compromissos familiares e a outros fatores econômicos e sociais.

Por fim, foram observados os princípios éticos da pesquisa, garantindo a participação voluntária dos respondentes, o respeito à privacidade e o sigilo das informações fornecidas. O questionário não apresentou informações que permitam a identificação individual dos participantes, e os dados coletados foram utilizados

exclusivamente para fins acadêmicos. A participação ocorreu mediante ciência dos objetivos da pesquisa, sem qualquer tipo de obrigatoriedade ou exposição dos respondentes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta e analisa os resultados obtidos por meio do questionário respondido por 48 jovens. Os dados foram organizados em quatro eixos: perfil sociodemográfico e econômico; conhecimento e práticas de educação financeira; comportamento de consumo e inadimplência; e percepção sobre a contribuição da educação financeira. Os percentuais correspondem aos gráficos fornecidos e se referem ao total de respostas de cada pergunta.

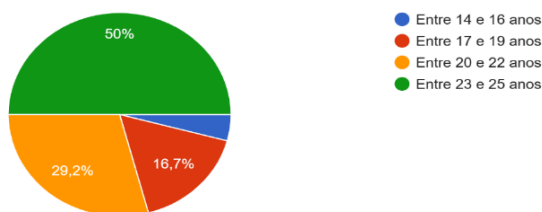
A análise possui caráter descritivo e considera tanto participantes com dívidas em atraso quanto participantes sem essa condição. Os resultados agregados permitem caracterizar a amostra, mas não demonstram relações de causa e efeito nem permitem identificar, sem o cruzamento das respostas individuais, quais comportamentos pertencem especificamente aos jovens inadimplentes.

4.1. Perfil Sociodemográfico e Econômico dos Respondentes

A caracterização dos participantes contempla idade, sexo, escolaridade, ocupação e renda mensal pessoal. Essas informações contextualizam as condições em que os respondentes tomam suas decisões financeiras, conforme Gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1. Faixa etária dos respondentes

Qual é a sua idade?
48 respostas



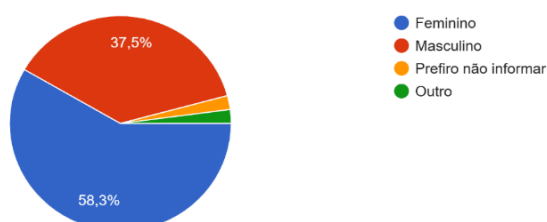
Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Conforme o Gráfico 1, metade dos participantes (50%) encontra-se na faixa de 23 a 25 anos, seguida pelas faixas de 20 a 22 anos (29,2%) e de 17 a 19 anos (16,7%). Também há respostas na faixa de 14 a 16 anos. Predominam, portanto, jovens das faixas etárias mais elevadas do questionário. Essa característica é relevante considerando que a juventude corresponde a um período de transição para maior autonomia financeira, marcado pelo início ou ampliação das responsabilidades relacionadas ao consumo, ao crédito e à administração dos próprios recursos (Neri, 2019).

A análise dos fatores populacionais é fundamental para delimitar o contexto social e de autonomia em que os jovens tomam suas decisões orçamentárias. Sob essa ótica, o Gráfico 2 ilustra a composição da amostra a partir do sexo declarado pelos respondentes.

Gráfico 2. Distribuição dos respondentes por sexo

Sexo (opcional)
48 respostas

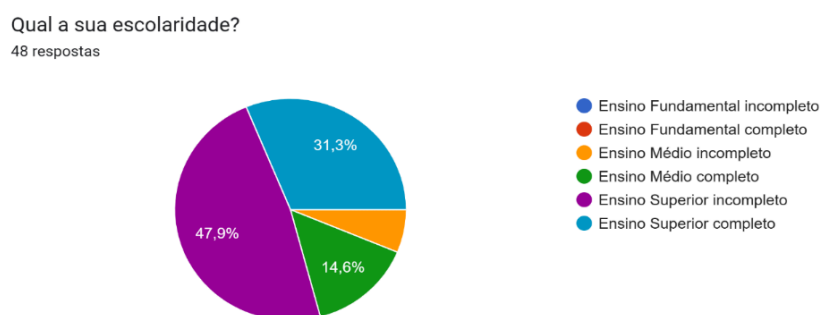


Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O Gráfico 2 indica predominância de participantes do sexo feminino (58,3%), enquanto 37,5% assinalaram a opção masculino. As categorias “Prefiro não informar” e “Outro” também foram selecionadas, em proporções menores. Essa distribuição caracteriza a composição da amostra, sem permitir concluir que existam diferenças de comportamento financeiro entre as categorias. A caracterização de aspectos sociodemográficos é relevante para compreender o contexto em que os jovens estão inseridos e suas condições de autonomia e tomada de decisões financeiras (Neri, 2019).

No que tange à escolaridade dos respondentes, a análise é relevante, pois a pesquisa centra-se na fase da juventude, conforme Gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3. Escolaridade dos respondentes



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Quanto à escolaridade, 47,9% dos participantes possuem ensino superior incompleto, 31,3% possuem ensino superior completo e 14,6% concluíram o ensino médio. O gráfico também registra participantes com ensino médio incompleto. Observa-se uma concentração de respondentes com acesso ao ensino superior, mas o nível de escolaridade, isoladamente, não permite avaliar o domínio de conhecimentos financeiros. A educação financeira envolve

conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para a tomada de decisões financeiras adequadas, não podendo ser reduzida exclusivamente ao nível de escolaridade (OCDE, 2015).

A caracterização da ocupação dos participantes constitui um aspecto relevante para a compreensão de seu contexto financeiro, uma vez que a condição ocupacional pode estar relacionada à obtenção de renda, ao grau de autonomia financeira e as responsabilidades assumidas pelos jovens. Dessa forma, identificar a principal ocupação dos respondentes permite contextualizar o perfil da amostra e compreender as diferentes condições de inserção no mercado de trabalho e na vida financeira. O trabalho apresenta a distribuição dos participantes de acordo com sua ocupação principal, conforme o gráfico 4, abaixo:

Gráfico 4. Principal ocupação dos respondentes.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à ocupação principal, 60,4% dos respondentes declararam trabalho formal e 31,3% indicaram a condição de estudante. As opções autônomo e desempregado também aparecem na amostra. O predomínio do trabalho formal sugere a importância de analisar a administração da renda entre os participantes. A indicação de estudante como ocupação principal

não significa, necessariamente, dedicação exclusiva aos estudos. A inserção dos jovens no mercado de trabalho está relacionada ao processo de aquisição de autonomia e ao aumento das responsabilidades financeiras (Neri, 2019).

A renda mensal pessoal constitui uma variável importante para a caracterização do perfil financeiro dos participantes, pois permite compreender, de forma inicial, a disponibilidade de recursos para o atendimento das necessidades, o planejamento das despesas e a tomada de decisões relacionadas ao consumo. Nesse sentido, identificar a faixa de renda dos respondentes contribui para contextualizar as condições econômicas da amostra e possibilita relacioná-las aos aspectos posteriormente analisados, como planejamento financeiro, consumo, endividamento e inadimplência. O Gráfico 5 apresenta a distribuição dos participantes de acordo com sua renda mensal pessoal.

Gráfico 5. Renda mensal pessoal dos respondentes



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O Gráfico 5 mostra que 43,8% dos participantes declararam renda entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00, enquanto 33,3% informaram renda acima de R\$3.000,00 e 18,8% afirmaram não possuir renda. A faixa de R\$500,00 a R\$1.000,00 também foi assinalada. Esses resultados revelam condições distintas de disponibilidade de recursos. A

compreensão da renda disponível e de sua relação com as despesas constitui elemento relevante para o planejamento e a organização das finanças pessoais, conforme o Banco Central do Brasil (2022). As categorias apresentadas não contemplam explicitamente todas as faixas de renda, o que limita a caracterização econômica da amostra.

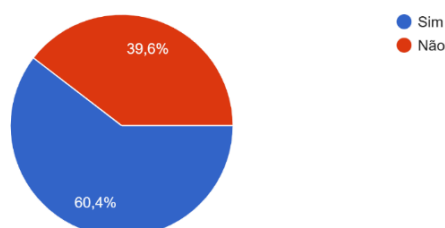
4.2. Conhecimento e Práticas de Educação Financeira

Este eixo reúne o contato prévio com ações de educação financeira, a influência percebida dessas ações sobre o consumo, a autopercepção de conhecimento e a frequência de planejamento financeiro mensal.

A participação dos jovens em ações de educação financeira constitui um aspecto relevante para compreender o nível de contato dos participantes com conteúdos relacionados à gestão dos recursos financeiros. A presença de cursos, palestras ou disciplinas sobre o tema pode representar uma oportunidade de aquisição de conhecimentos relacionados ao planejamento, ao consumo e à tomada de decisões financeiras. O Gráfico 6 apresenta a participação dos respondentes em cursos, palestras ou disciplinas relacionadas à educação financeira.

Gráfico 6. Participação em ações de educação financeira

Você já participou de algum curso, palestra ou disciplina sobre educação financeira?
48 respostas

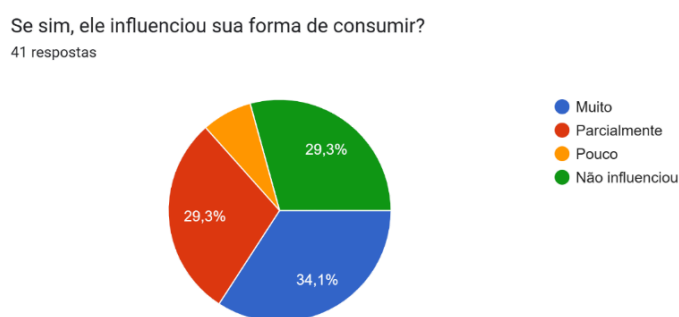


Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Dos 48 participantes, 60,4% declararam já ter participado de curso, palestra ou disciplina sobre educação financeira, enquanto 39,6% responderam negativamente. A maioria, portanto, relata algum contato com o tema. Esse contato é relevante porque a educação financeira está relacionada ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos que podem auxiliar os indivíduos na tomada de decisões financeiras ao longo da vida (OCDE, 2015). Entretanto, a participação em uma atividade educativa não permite concluir, por si só, que os conhecimentos tenham sido incorporados às práticas financeiras cotidianas.

A percepção dos participantes sobre a influência da educação financeira no consumo permite analisar sua relação com as decisões financeiras cotidianas. O Gráfico 7 apresenta a influência percebida da educação financeira sobre o comportamento de consumo dos respondentes.

Gráfico 7. Influência percebida da educação financeira sobre o consumo



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

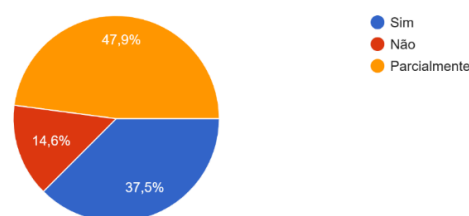
Entre as 41 respostas registradas nesta pergunta, 34,1% indicaram que a experiência influenciou muito sua forma de consumir, 29,3% apontaram influência parcial e 29,3% afirmaram que não houve influência. A opção “Pouco” também foi selecionada. A educação

financeira pode estar relacionada ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos necessários para decisões financeiras mais conscientes, incluindo decisões relacionadas ao consumo (OCDE, 2015).

Para além do comportamento prático, compreender a percepção subjetiva que o indivíduo possui sobre a sua própria bagagem conceitual é determinante para identificar a presença de vieses na tomada de decisão. Nesse sentido, o Gráfico 8 sintetiza a autopercepção dos respondentes no que tange ao seu grau de conhecimento sobre conceitos financeiros básicos.

Gráfico 8. Autopercepção de conhecimento sobre conceitos financeiros básicos

Você considera que possui conhecimento suficiente sobre conceitos básicos de educação financeira (juros, orçamento, poupança)?
48 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

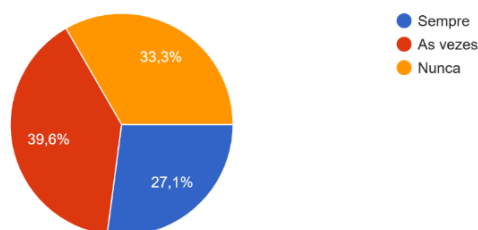
Sobre conceitos como juros, orçamento e poupança, 47,9% dos respondentes consideram possuir conhecimento parcialmente suficiente, 37,5% responderam “Sim” e 14,6% responderam “Não”. Predomina uma avaliação parcial do próprio conhecimento. Trata-se de uma percepção declarada pelos participantes, que não equivale a uma avaliação objetiva de suas competências financeiras. O conhecimento financeiro constitui uma dimensão importante da educação financeira, uma vez que contribui para a compreensão de

conceitos e para o processo de tomada de decisões relacionadas à administração dos recursos (OCDE, 2015).

A consolidação de um comportamento financeiro saudável depende não apenas do domínio conceitual, mas da consistência da gestão orçamentária pessoal na rotina do indivíduo. Diante disso, o Gráfico 9 evidencia a regularidade com que os pesquisados efetuam o planejamento financeiro mensal.

Gráfico 9. Frequência de planejamento financeiro mensal

Com que frequência você realiza algum tipo de planejamento financeiro mensal?
48 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Quanto ao planejamento financeiro mensal, 39,6% afirmaram realizá-lo às vezes, 33,3% nunca o realizam e 27,1% sempre o realizam. Assim, a prática regular está presente em uma parcela minoritária da amostra. O planejamento financeiro e o acompanhamento das receitas e despesas constituem práticas importantes para a organização das finanças pessoais, permitindo maior compreensão da situação financeira e definição de prioridades para utilização dos recursos, Banco Central do Brasil (2022). Considerados em conjunto, os gráficos desta subseção indicam que o contato com a educação financeira e a regularidade do planejamento apresentam distribuições diferentes, embora seja necessário cruzar as respostas individuais para investigar sua relação.

4.3. Comportamento de Consumo e Inadimplência

Nesta subseção, são apresentados os resultados sobre a avaliação da necessidade de compra, a influência de fatores externos nas decisões de consumo e a existência de dívidas em atraso.

A avaliação sobre a essencialidade de um gasto antes do ato da compra representa um importante filtro comportamental para a prevenção do endividamento e o fortalecimento do consumo consciente. A distribuição da frequência com que os jovens praticam essa reflexão é apresentada conforme o gráfico 10, abaixo:

Gráfico 10. Avaliação da necessidade do gasto antes de uma compra

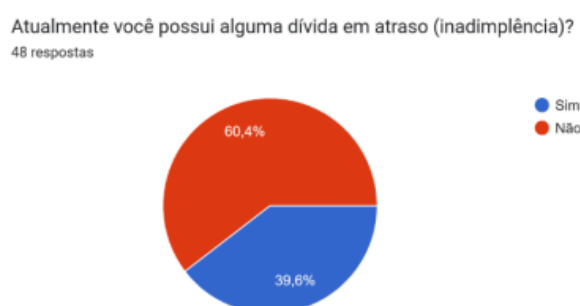


Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Antes de realizar uma compra, 52,1% dos jovens avaliam apenas às vezes se o gasto é realmente necessário, 29,2% sempre fazem essa avaliação e 18,8% nunca a realizam. Os resultados apontam espaço para fortalecer a reflexão sobre prioridades de consumo. A avaliação das necessidades e prioridades antes da realização de um gasto está relacionada à adoção de decisões financeiras mais conscientes e ao planejamento adequado dos recursos disponíveis, Banco Central do Brasil (2022). Contudo, a pergunta não mede diretamente compras por impulso nem identifica as razões pelas quais os participantes deixam de avaliar a necessidade do gasto.

Sob a ótica da economia comportamental, as decisões de consumo não ocorrem de forma isolada, sendo frequentemente moldadas pelo ambiente social, pelo viés de conformidade e pelas estratégias de marketing. A percepção dos respondentes acerca do grau de interferência das redes sociais, do círculo social e da mídia em suas opções de compra está ilustrada no gráfico 11, abaixo:

Gráfico 11. Influência de redes sociais amigos e mídia nas decisões de consumo



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

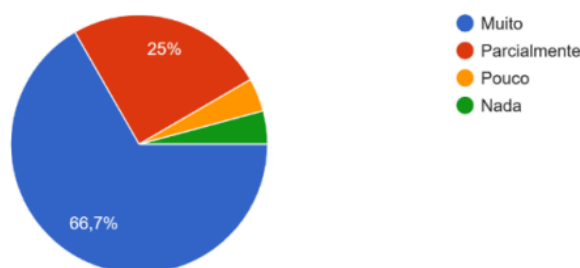
A influência de redes sociais, amigos ou mídia foi considerada intensa por 66,7% dos participantes, que selecionaram “Muito”, e parcial por 25%. As alternativas “Pouco” e “Nada” também aparecem no gráfico. O resultado evidencia a relevância atribuída pelos respondentes aos fatores externos nas decisões de consumo, em diálogo com a discussão do referencial teórico sobre estímulos sociais e de marketing. A literatura apresentada no trabalho discute a influência das redes sociais, da mídia e das estratégias de marketing sobre as escolhas de consumo dos jovens conforme Santos, (2020). Como esses fatores foram reunidos em uma única pergunta, não é possível separar a influência de cada um deles.

A incidência de dívidas em atraso é um dos principais termômetros da saúde financeira, refletindo, muitas vezes, os desafios do controle orçamentário e o impacto do consumo por impulso ou influenciado

por terceiros. Para compreender a realidade da amostra sob essa perspectiva, o Gráfico 12 expõe a existência de pendências financeiras vencidas entre os participantes.

Gráfico 12. Existência de dívidas em atraso entre os respondentes

Você sente que fatores como redes sociais, amigos ou mídia influenciam suas decisões de consumo?
48 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Em relação à inadimplência, 39,6% afirmaram possuir alguma dívida em atraso, enquanto 60,4% responderam negativamente. Portanto, a amostra inclui participantes inadimplentes e participantes que não relataram atrasos. A ausência de dívida em atraso não significa ausência de endividamento, pois podem existir compromissos ainda dentro do prazo de pagamento. A discussão sobre educação financeira apresentada no referencial teórico relaciona o desenvolvimento de conhecimentos e práticas financeiras à prevenção de situações de endividamento e inadimplência entre os jovens Poscales, (2022). Os dados apresentados, entretanto, não permitem atribuir a inadimplência à falta de planejamento, ao conhecimento financeiro ou à influência social, uma vez que não foram fornecidos cruzamentos entre essas variáveis.

4.4. Percepção Sobre a Contribuição da Educação Financeira

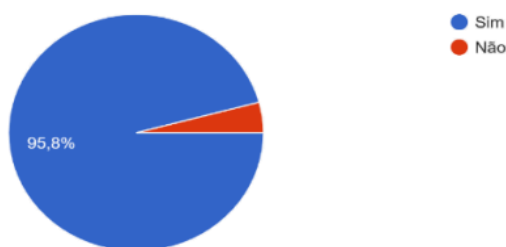
Por fim, foi investigada a opinião dos participantes sobre a possibilidade de a educação financeira contribuir para reduzir o

endividamento e a inadimplência entre os jovens.

A consolidação de hábitos orçamentários saudáveis e a mudança comportamental dependem diretamente do valor que os próprios indivíduos atribuem à capacitação financeira. Para verificar se o grupo pesquisado reconhece a formação financeira como um instrumento eficaz na prevenção de pendências orçamentárias, os dados foram organizados no gráfico 13, abaixo:

Gráfico 13. Percepção sobre a educação financeira na redução do endividamento e da inadimplência

Na sua opinião, a educação financeira pode ajudar a reduzir o endividamento e a inadimplência entre os jovens?
48 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A maioria dos participantes (95,8%) considera que a educação financeira pode ajudar a reduzir o endividamento e a inadimplência entre os jovens. Esse resultado demonstra ampla valorização do tema entre os respondentes. A percepção apresentada pelos participantes está relacionada à discussão desenvolvida no referencial teórico, segundo a qual a educação financeira envolve o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos capazes de contribuir para decisões financeiras mais conscientes (OCDE, 2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a contribuição da educação financeira para a formação de comportamentos de consumo mais conscientes entre jovens inadimplentes do município de São Sebastião da Amoreira. A partir da análise realizada, foi possível compreender que a educação financeira possui relevância na formação de conhecimentos e práticas relacionados ao planejamento, ao controle dos recursos, ao consumo consciente e ao uso responsável do crédito. Essa compreensão está de acordo com a perspectiva apresentada pela OCDE (2015), segundo a qual a educação financeira envolve conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para a tomada de decisões financeiras mais conscientes.

Os resultados evidenciaram que, embora os jovens apresentem algum contato com conhecimentos relacionados à educação financeira, ainda existem dificuldades em sua aplicação no cotidiano. Nesse sentido, a educação financeira não deve ser compreendida apenas como a transmissão de conceitos, mas como um processo de formação capaz de favorecer o desenvolvimento de atitudes mais conscientes diante das decisões de consumo e da organização da vida financeira. Essa perspectiva também é apresentada por Martins Neto e Rodrigues (2023), que destacam a importância da educação financeira para o desenvolvimento da autonomia dos jovens e para a capacidade de analisar criticamente sua realidade financeira e tomar decisões conscientes.

A pesquisa também permitiu observar que o comportamento financeiro dos jovens está relacionado a diferentes aspectos, como planejamento, controle dos gastos, influência social e decisões de consumo. Dessa forma, a compreensão da inadimplência exige considerar não apenas a disponibilidade de renda, mas também os

conhecimentos, hábitos e comportamentos envolvidos na utilização dos recursos financeiros e do crédito. Essa discussão dialoga com Neri (2019), que caracteriza a juventude como uma fase de transição para maior autonomia econômica, marcada pelo início ou ampliação das responsabilidades relacionadas ao consumo, ao crédito e à administração dos recursos. Da mesma forma, Sulato (2025) destaca que o acesso ao crédito, quando não acompanhado de formação adequada em planejamento e gestão financeira, pode contribuir para situações de endividamento e inadimplência.

Os resultados relacionados ao comportamento de consumo também encontram correspondência no referencial teórico. A influência percebida das redes sociais, dos amigos e da mídia demonstra que as decisões financeiras dos jovens podem ocorrer em um ambiente marcado por diferentes estímulos externos. Sobreiro (2024) destaca que as estratégias contemporâneas de marketing utilizam recursos emocionais e simbólicos capazes de despertar desejos e influenciar o comportamento de compra. Nesse contexto, a educação financeira pode contribuir para o desenvolvimento de uma postura mais crítica diante desses estímulos, favorecendo a avaliação das necessidades e prioridades antes da realização de gastos (OCDE, 2015).

A análise dos resultados também evidenciou que parte dos participantes apresenta dificuldades relacionadas ao planejamento financeiro. Embora uma parcela dos respondentes tenha relatado algum contato com ações de educação financeira, a realização regular do planejamento mensal foi observada em uma proporção menor da amostra. Esse resultado reforça a importância de compreender a educação financeira como um processo que ultrapassa o conhecimento teórico e envolve sua aplicação nas

decisões cotidianas. Conforme o Banco Central do Brasil (2022), o planejamento financeiro e a organização das receitas e despesas constituem elementos importantes para uma gestão mais consciente dos recursos.

Em relação à inadimplência, 39,6% dos participantes afirmaram possuir alguma dívida em atraso. Esse resultado demonstra a presença do fenômeno entre os respondentes, mas não permite estabelecer, isoladamente, que a inadimplência seja consequência da ausência de educação financeira. Não foram realizados cruzamentos estatísticos que permitissem determinar uma relação causal entre conhecimento financeiro, planejamento, influência social e existência de dívidas em atraso. Entretanto, o resultado dialoga com Poscales (2022), que destaca a importância da educação financeira na formação de jovens mais preparados para lidar com decisões relacionadas ao dinheiro, e com Sulato (2025), que relaciona planejamento, gestão financeira e prevenção de situações de inadimplência.

Como contribuição, o estudo amplia a compreensão sobre a relação entre educação financeira, comportamento de consumo e inadimplência no contexto dos jovens investigados, destacando a importância de ações educativas voltadas ao desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade nas decisões financeiras. Essa contribuição está alinhada à compreensão de que a educação financeira deve favorecer não apenas o domínio de conceitos, mas também a capacidade de refletir sobre as próprias escolhas, estabelecer prioridades e administrar os recursos disponíveis de maneira consciente (Martins Neto; Rodrigues, 2023)

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o caráter não probabilístico da amostra e o número de participantes, fatores que restringem a generalização dos resultados para a população jovem do município. Além disso, os dados foram obtidos por meio de respostas declaradas pelos próprios participantes, estando sujeitos às suas percepções e experiências individuais. Também deve ser considerada a inconsistência identificada em uma das questões do questionário, na qual o número de respostas registradas foi superior ao número de participantes que haviam respondido afirmativamente à questão anterior, aspecto que exige conferência da base original antes da interpretação definitiva desses dados.

Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da amostra e a realização de estudos que possibilitem aprofundar a compreensão da influência da família, das redes sociais, da mídia e de outros fatores sobre o comportamento financeiro dos jovens. Também podem ser desenvolvidas pesquisas que acompanhem os efeitos de ações de educação financeira sobre o planejamento, o consumo e a utilização do crédito, possibilitando análises mais aprofundadas sobre mudanças de comportamento ao longo do tempo.

Conclui-se, portanto, que a educação financeira constitui um importante instrumento de formação para o desenvolvimento de práticas financeiras mais conscientes. Seu fortalecimento pode contribuir para ampliar a capacidade dos jovens de planejar, avaliar suas decisões de consumo e utilizar o crédito de maneira mais responsável, favorecendo uma relação mais equilibrada com os recursos financeiros. Essa conclusão dialoga com a perspectiva da OCDE (2015), do Banco Central do Brasil (2022) e de Poscales (2022), que destacam a importância da educação financeira para o desenvolvimento de conhecimentos, autonomia e comportamentos

financeiros responsáveis. Ao mesmo tempo, os resultados desta pesquisa indicam que a educação financeira deve ser compreendida de maneira ampla, considerando também os fatores sociais e de consumo que influenciam as decisões dos jovens, conforme discutido por Neri (2019) e Sobreiro (2024).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALELO. Os 4 Rs: conheça os pilares da educação financeira. Barueri: Alelo S.A., 2024

ALMEIDA, J. P.; ROCHA, C. S. Comportamento de Consumo e Endividamento entre Jovens Brasileiros. São Paulo: Atlas, 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Caderno de Educação Financeira: gestão de finanças pessoais. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira, 2022. Brasília: BCB, 2022.

BARBOSA, L. F.; LIMA, M. R. Autonomia Financeira e Juventude: Desafios e Possibilidades. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

CARVALHO, A. R. Educação Financeira e Políticas Públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2020.

COSTA, M. R. Educação Financeira e Juventude: Desafios no Contexto Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2022.

DESSEN, Marcia. Finanças pessoais: o que fazer com meu dinheiro. São Paulo: Trevisan Editora, 2015. Disponível em:

<https://pt.everand.com>

FERNANDES, Luzia de Fatima Barbosa; SILVA, Pedro Henrique da.

Entre o ser e o não ser educado financeiramente: o discurso sobre educação financeira no espaço escolar. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão – REDD**, v. 12, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br>

FERNANDES, R. C. Autonomia Financeira e Educação Econômica na Adolescência. Curitiba: Appris, 2021.

FIGUEIREDO, T. A. Endividamento e Educação Financeira de Jovens Universitários. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com>

LUSARDI, Annamaria. Financial literacy and the need for financial education: evidence and implications. **Swiss Journal of Economics and Statistics**, v. 155, art. 1, 2019.

MAGRO, Cristian Baú; GORLA, Marcello Christiano; SILVA, Tarcísio Pedro da; HEIN, Nelson. O efeito da família no comportamento financeiro de adolescentes em escolas públicas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br>

MARTINS NETO, Mariléa Imaculada; RODRIGUES, Chang Kuo. Educação Financeira Escolar no Ensino Fundamental II e o exercício da autonomia: uma revisão da literatura. **Lynx**, v. 3, p. 1-8, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br>

NERI, M. C. Educação Financeira, Poupança e Endividamento no Brasil. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2019.

OCDE/INFE. OECD/INFE Core Competencies Framework on Financial Literacy for Youth. Paris: OECD, 2015. Disponível em: <https://www.oecd.org>

OLIVEIRA, D. R. Comportamento Financeiro e Tomada de Decisão entre Jovens. São Paulo: Saraiva, 2021.

POSCALES, F. R. Educação Financeira e Inadimplência Juvenil: Um Estudo no Contexto Escolar Brasileiro. Brasília: UnB, 2022.

SANT'ANA, Vinícius Borovoy de; SERGIO, Rosiane Rosa da Silva. Como a Educação Financeira pode impactar na qualidade de vida e no futuro dos alunos? **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br>

SANTOS, L. P. Consumo, Mídia e Juventude: A Influência das Redes Sociais no Comportamento Financeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020.

SERASA. Mapa de inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil. São Paulo: Serasa Experian, 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br>

SOBREIRO, Mariana. Da manipulação à sedução do marketing nas empresas. **The Trends Hub: Revista de Tendências em Comunicação e Ciências Empresariais**, v. 4, n. 1, 2024. DOI: 10.34630/tth.vi4.5689. Disponível em: <https://parc.ipp.pt/index.php>

SOUZA, R. M. Educação Financeira e Formação de Cidadãos Críticos. Recife: UFPE, 2020.

SULATO, Eduardo Marques. A educação financeira nas escolas do Ensino Médio do Brasil: estratégias para a redução da inadimplência da população. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br>

VIEIRA, C. A. Iniciativas de Educação Financeira Familiar no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Mackenzie, 2023.